



2004/04/01

OS CULPADOS DO 11 DE SETEMBRO

Alexandre Reis Rodrigues

Uma Comissão do Congresso dos EUA, encarregada de investigar as falhas verificadas na prevenção dos atentados terroristas de 11 de Setembro, deverá apresentar as conclusões do seu trabalho em Julho. O assunto tem interesse político, na medida em que poderá apontar o dedo a altos responsáveis, mas tem também interesse operacional, por ir, presumivelmente, identificar as falhas de organização e de funcionamento do Estado, nos serviços a que caberia lidar com a ameaça terrorista e, eventualmente, os erros da estratégia que estava a ser seguida.

Nada faria supor que, a mais de três meses da conclusão da investigação, os trabalhos em curso viessem a atrair, tão antecipadamente, a opinião pública em todo o mundo. Dois factos recentes são responsáveis por esta situação. Em primeiro lugar, as declarações prestadas por Richard Clark, coordenador da estratégia contra o terrorismo junto da Casa Branca, para três últimos presidentes, e que acusa o actual de ter baixado o nível de atenção e prioridade que estava a ser dado à luta contra o terrorismo. Em segundo lugar, a polémica à volta de uma eventual ida da conselheira de segurança do presidente, Condoleezza Rice, à comissão para depor sob juramento.

As declarações de Clark são da maior importância, porque têm implícita a ideia de que se as coisas se tivessem passado de uma forma diferente, sobretudo sem a apatia e inacção inicial de que acusa o gabinete de Bush, talvez tivesse havido hipótese de se terem prevenido os atentados. Clark desenvolve estas críticas num livro que publicou simultaneamente, sob o título "Against all enemies: Inside America's War on Terror". É um facto que, ao contrário do que tinha sucedido com os dois primeiros presidentes com quem tinha trabalhado directamente (Bush pai e Clinton), Clark com o actual tinha deixado de ter esse acesso, passando a despachar com o director da CIA; esta mudança pode ter correspondido a apenas uma alteração de método de trabalho mas, inevitavelmente, sugere uma atribuição de menor importância ao assunto.

Diversos analistas políticos americanos, com destaque para Paul Krugman na imprensa e Bob Woodard no livro "Bush at War", têm insistido que existem suficientes evidências de que a administração Bush, no início do seu mandato, de tão obcecada que estava com o Iraque, não terá considerado igualmente urgente a luta contra o terrorismo. É, de facto, natural que a situação do Iraque, tal como herdada de Clinton, tenha sido um assunto de preocupação diária, tendo em conta a imposição do embargo decretado pelas Nações Unidas e, em especial, o regime de permanente proibição de voos em duas áreas, envolvendo riscos e, frequentemente, operações de combate, situação que se arrastava há mais de uma década sem qualquer solução à vista.

Naturalmente, estas versões dos factos têm sido totalmente negadas pela Casa Branca. Segundo declarações de Condoleezza Rice, a administração, atribuindo à luta anti-terrorismo a maior importância, envolveu-se de imediato numa revisão da estratégia de Clark, que não considerava adequada. Ironicamente, a nova estratégia ficou aprovada exactamente na véspera do 11 de Setembro!

O esclarecimento final sobre as falhas ocorridas terá, em qualquer caso, que aguardar as conclusões da investigação. Para isso, a Comissão considera indispensável ouvir Condoleezza Rice a depor sob juramento. Esta possibilidade, porém, levantou uma grande controvérsia na medida em que iria quebrar uma longa tradição que tem desde sempre impedido os conselheiros de segurança, enquanto em funções, de deporem perante o Congresso. Está em causa a preservação de prerrogativas constitucionais do poder executivo e a inviolabilidade do relacionamento do conselheiro de segurança com o presidente.

A Comissão do Congresso, insistindo na audição sob juramento para apuramento dos factos, acabou, depois de sérias resistências da Casa Branca, por obter a necessária anuência, ainda que sob condições:

garantia que este caso não poderá ser invocado no futuro como um precedente e compromisso de que não haverá pedidos de novas audiências a pessoal do gabinete do presidente. Este, porém, será ouvido também, aliás como o vice-presidente, mas em sessão privada e apenas com parte dos membros da comissão. Tornava-se, de facto, cada vez mais difícil, em termos políticos, manter a recusa, especialmente depois da própria conselheira se ter envolvido numa feroz campanha de ataques pessoais a Clark, nomeadamente em 4 estações de televisão.

Irá continuar também a discussão de eventual partilha de responsabilidades entre a administração Clinton e a actual administração Bush. Para os actuais responsáveis, não é legítimo exigir que Bush em oito meses de presidência tivesse feito o que Clinton não fez em oito anos. Independentemente dos aspectos éticos que esta controvérsia comporta, por dificuldade do actual presidente se assumir como único responsável, é um facto que a ameaça da al-Qaeda vinha claramente da década de 90, acompanhando toda a presidência de Clinton.

Vale a pena referir alguns excertos da imprensa da época: por exemplo, em Abril de 1998, Clark Stoten, director executivo e analista chefe do “Emergency Response and Research Institute”, já insistia na maior probabilidade de atentados no solo americano; Bruce Hoffman, no número de Verão de 1999 da *Foreign Affairs*, referia que os assuntos do dia então em Washington eram Osama Bin Laden, o bio-terrorismo, os ataques cibernéticos, e a defesa interna (Homeland Defence); no número de Verão de 2000 da revista *Survival*, Steve Simos e Daniel Benjamin realçavam os inúmeros avisos que diversas agências do governo estavam a fazer sobre uma possível onda de atentados espectaculares. A possibilidade de utilização de aviões comerciais contra infra-estruturas já tinha sido posta, na sequência do desmantelamento de uma rede que planeava uma acção desse tipo contra a Torre Eiffel.

Pelos vistos, porém, todos estes avisos não suscitaram, durante a administração de Clinton, nenhum conjunto coerente de novas medidas para enfrentar uma situação em agravamento, nomeadamente uma melhor articulação dos serviços de recolha de informações e a criação do Homeland Defence Department, de que já se falava. Algumas medidas para melhorar a segurança do tráfego aéreo, que, em 1997, uma comissão presidida pelo vice-presidente Al Gore tinha recomendado, enfrentaram tantas resistências que não chegaram a ser concretizadas. Acabou por ser necessário esperar pela tragédia do 11 de Setembro.

A actual administração, da qual alguns dos seus principais responsáveis já prestaram depoimento no Congresso, tem insistido que nunca chegou a estar disponível qualquer informação concreta permitindo actuar; é o que se costuma designar por “actionable intelligence”. O argumento tem a sua pertinência mas não explica o facto de não se ter procurado, desde logo, fazer mais do que tinha sido feito pela administração anterior. Na melhor das hipóteses, Bush ter-se-á limitado a manter a política de Clinton, o que já não era suficiente. É possível também que a “passagem do serviço” e a transferência dos dossiers entre as duas administrações não tenha decorrido da melhor forma. Rumsfeld queixa-se do muito tempo que normalmente demora a certificação pelo Congresso dos novos nomes propostos para cargos relevantes na administração, paralisando todo o processo de efectiva transferência de poderes.

Esta polémica sobre quem teria sido mais responsável tem interesse político interno nos EUA, em face das eleições presidenciais que se aproximam. Não é, porém, o mais relevante para os europeus. O que interessa nestes é, por um lado, não continuar a pensar que o problema é só dos EUA e, por outro, saber tirar lições da situação existente e de todo este processo. Infelizmente, Madrid não as conseguiu tirar a tempo. Parece agora, enquanto as memórias estão frescas, que a UE quer recuperar o tempo perdido e tomar o assunto mais a sério. Destaco, como importantes passos já dados, a designação de um coordenador para o contra-terrorismo, o estabelecimento de uma cláusula de solidariedade obrigando todos os membros à prestação de ajuda, inclusive militar, a países que tenham sido alvo de ataques terroristas e a aceleração da implementação de outras medidas, designadamente, o mandato de prisão, o direito de perseguição através de fronteiras, a construção e partilha de acesso a novas bases de dados, etc. Oxalá não se fique mais uma vez a meio caminho.